

Justiça, o que ainda não ocorreu. Em debate o assunto no Plenário, foi aprovada, por maioria de votos, uma Resolução com Moção no sentido de externar ao Senhor Ministro da Justiça o pedido de que o anteprojeto do Código de Defesa do Consumidor seja submetido na íntegra, à Presidência da República, para fins de encaminhamento ao Congresso Nacional, como projeto de lei do Poder Executivo. O Senhor Presidente consignou em Ata a aprovação de uma Moção de Apoio ao anteprojeto de Código de Defesa do Consumidor elaborado pelo CNDC, por parte da Câmara Municipal de Jundiaí/SP. A seguir passou-se ao item três da Pauta - apreciação de processos. Proc. 05/87 - Tâxi de duas portas. A relatora Marilena Lazzarini leu o seu relatório cientificando o Plenário que apesar da Secretaria Executiva já haver oficiado ao CONTRAN - por duas vezes - não houve nenhuma manifestação a respeito e que, sendo o assunto da área de competência daquele Colegiado, não via razões do citado processo continuar em debate no âmbito do CNDC/MJ, opinando pelo seu arquivamento. O Cons. Aldebert de Queiroz solicitou vistas do processo, o que lhe foi concedido. Proc. 46/88 - Carne contaminada com hormônio DES. A relatora Marilena Lazzarini leu o seu parecer sugerindo encaminhar uma cópia do mesmo ao Sindicato dos Médicos Veterinários, informando, inclusive, que o CNDC, em sua Resolução 18/88 referiu-se apenas a substância DES, por ser o único em discussão à época e manifesta a sua posição contrária a revogação da Portaria 279/88, do Ministério da Agricultura, que proíbe qualquer tipo de anabolizante, o que foi aprovado por unanimidade. Proc. 64/88 - Denúncia contra produto importado. A relatora Marilena Lazzarini leu o seu parecer e propôs a recondução do processo correspondente ao Ministério da Agricultura, informando que, de acordo com a informação do PROCON/SP, aquele órgão não dispõe dos demais dados solicitados pela Divisão de Inspeção de Pescados e Derivados - DIPES, o que foi aprovado por unanimidade. Proc. 13/87 - Fornecimento de peças e acessórios de produtos que deixaram de ser fabricados. Após a leitura do parecer do Cons. Aldebert de Queiroz, foi determinado o seu apensamento ao processo 71/89. Proc. 71/89 - Cargas - Peças de reposição. O Cons. Filomeno leu o seu parecer, tendo o Cons. Aldebert de Queiroz pedido vistas do processo o que foi deferido. Proc. 24/88 - peças de reposição. O relator Aldebert de Queiroz fez a leitura de seu parecer e concluiu pelo seu arquivamento, uma vez que o assunto já consta no artigo 30 do Código de Defesa do Consumidor, sendo aprovado por unanimidade.

Proc. 60/88 - Projeto de Lei do CONAR referente a publicidade de bebidas alcoólicas. O relator Aldebert de Queiroz leu o seu relatório e colocado o assunto em votação, foi aprovado o apensamento do citado processo aos demais que dizem respeito a assuntos correlatos em andamento no CNDC e designação de um Conselheiro para relatar, o que foi aprovado por unanimidade. Proc. 47/88 - Apoio a ação do Ministério da Saúde na limitação ao uso de clorofluorcarbonos - CFC. O relator José Augusto leu o seu parecer e propôs a elaboração de Resolução referendando toda e qualquer iniciativa do governo, especialmente ao Ministério da Saúde com vistas a limitar e controlar o uso, no País, de produtos como o CFC e alerta à população quanto ao seu perigo e os meios disponíveis para minimizar seu efeito, lesivo à saúde da exposição aumentada pelos raios ultravioleta. E que seja agregada a citada resolução a proposição básica e sugestão de que seja encaminhada, para a tomada de medidas compatíveis, ao Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis o que foi aprovado por unanimidade. Proc. 62/89 - Problemática do Inquilinato. O relator Filomeno sugeriu o seu apensamento ao proc. 21/88 que trata de assunto correlato, para parecer conjunto e designação de relator competente, o que foi aprovado por unanimidade. Proc. 77/89 - Desrespeito ao congelamento de preços. O relator Filomeno leu o seu parecer sugerindo o seu encaminhamento à Comissão de Controle do Programa de Estabilidade Econômica para providências cabíveis, sendo aprovado por unanimidade. Proc. 67/88 - Projeto da Campanha Nacional de Educação ao Consumidor. O relator Sérgio Couto leu o seu parecer opinando pelo apoio solicitado, com as restrições orçamentárias próprias, o que foi aprovado por unanimidade. Proc. 53/89 - Cobrança de acréscimo em conta de telefone em hotéis. O relator Jorge Eluf leu o seu parecer e propôs oficial: à TELESF, dando ciência do fato e solicitando as providências cabíveis; à EMBRATUR, comunicando a ocorrência e solicitando as providências para a obrigatoriedade da afixação, nos estabelecimentos hoteleiros, dos preços das tarifas telefônicas, conforme determina a Norma 05/80, aprovada pela Portaria 239/80, do Ministério das Comunicações; à Promotoria de Justiça de Valinhos/SP para conhecimento e providências que o caso requer no âmbito daquele órgão, e, ainda, dar ciência das providências adotadas ao interessado, o que foi aprovado por unanimidade. Proc. 74/89 - Reclamação contra a Fundação de Assistência ao Estudante - FAE. O Cons. Furquim, na pessoa de seu suplente, declarou-se impedido de relatar o referido processo em virtude de o assunto nele tratado referir-se à veracidade de uma peça publicitária e por entender que a fiscalização da honestidade na propaganda ser atribuição do CONAR, órgão que preside, tendo o Senhor Presidente acatado a sua justificativa e designado o Cons. Sérgio Couto para relatar o processo. Proc. 65/89 - Mensalidades escolares. O relator Bruno Fleury leu o seu relatório e sugeriu o encaminhamento do processo aos PROCONS de origem, a fim de que seja verificado junto aos conselhos Estaduais de Educação locais, os valores das mensalidades escolares aprovadas pelas respectivas Comissões de encargos Educacionais e homologados pelos competentes Conselhos, para que sejam tomadas as providências legais que o caso requer, o que foi aprovado por unanimidade. O Dr. Marcelo Sodré, do PROCON/SP, pediu a palavra para sugerir que no caso de reclamação relativa ao ensino de 3º grau, seja a mesma encaminhada diretamente ao Conselho Federal de Educação. O Cons. Bruno Fleury adiantou, que as reclamações específicas e que possam ser solucionadas de imediato pelos PROCONS dos Estados de onde as mesmas se originam devem ser a eles encaminhadas a fim de que sejam estudadas, sob pena das mesmas perderem a sua validade em função do tempo decorrido, acarretando em prejuízo ao reclamante, com o que todos concordaram. Proc. 56/89 - Indicação de aditivo na rotulagem de alimentos. O relator Newton Castro leu o seu parecer opinando por não acatar a sugestão encaminhada pelo Núcleo de Estudos em Saúde Pública - NESP, no sentido de incluir no artigo 25 do Código de Defesa do Consumidor, por não considerar que o uso de códigos para expressar aditivos nas embalagens ser prática internacional; a

existência de tabela oficial que vincula as substâncias utilizadas como aditivos códigos específicos que não se confundem e nem permitem superposições e ainda, conclui que a utilização da nomenclatura química não completa melhoria nos esclarecimentos para o consumidor, o que foi aprovado por unanimidade. Proc. 06/87, com apensos 09 e 10/87 - Proibição e restrições em matéria de propaganda comercial. A relatora Maria Bethânia sugeriu o seu arquivamento, levando-se em conta que o assunto foi incluído no Código de Defesa do Consumidor, o que foi aprovado por unanimidade. Proc. 63/89 - Previdência Privada. O relator Luiz Roberto apresentou o seu parecer e sugeriu: encaminhar cópia do processo à SUSEP, solicitando do Conselho Nacional de Seguros Privados uma análise da matéria, com vistas a atender a reclamação dos denunciantes ou ainda, com a finalidade de um estudo aperfeiçoado do sistema de pecúlio e pensões no Brasil; encaminhamento do presente processo à Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça para emitir parecer a respeito do assunto; oficial aos interessados, sejam eles denunciantes ou denunciados para que apresentem os esclarecimentos necessários e importantes; os relatórios poderão rever ou confirmar o presente parecer; após manifestação da SUSEP, do CNSP, parecer da Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça e a manifestação final dos relatores, em futura reunião, estará o CNDC em condições de baixar resolução de encaminhamento ou não do processo à Justiça, recebendo aprovação por unanimidade. Dado ao adiantado da hora, os processos 66, 68, 69, 73, 75, 76 e 78/89 foram transferidos para a próxima reunião. A seguir o Senhor Presidente marcou a data da próxima reunião para 22/05/89 a realizar-se em Belém/PA, coincidindo com o 10º Encontro Nacional, de 23 a 25/05/89. Esgotado o tempo regulamentar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada pelo Plenário, será assinada por Sua Senhoria e por mim Secretária.

CARLINDA MACHADO DE ARAÚJO  
Secretária do Plenário

JOÃO BATISTA DE ALMEIDA  
Presidente

(Of. nº 675/89)

## CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 156ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 1989 (MANHÃ)

Às dez horas do dia 25 de abril de mil novecentos e oitenta e nove, reuniu-se o CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA, na sala nº 308 do Edifício-Sede do Ministério da Justiça, em Brasília, sob a Presidência do Professor RUY DA COSTA ANTUNES, Conselheiro-Presidente em exercício. Conselheiros presentes: EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, ELIZABETH DA CUNHA SUSSEKIND, JOSÉ ARTHUR ALVES DA CRUZ RIOS, JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES, LUIZ ANTÔNIO GUIMARÃES HARREY, MIGUEL FREDERICO DO ESPÍRITO SANTO, NILZARDO CARNEIRO LEÃO, RENÉ ARIEL DOTTI e ROGÉRIO LAURIA TUCCI. Ausências justificadas: Conselheiros ANTONIO EVARISTO DE MORAES FILHO e SÉRGIO MARCOS DE MORAES PITOMBO. Convidado presente - Doutor PAULO ROBERTO CANÇADO DE AMORIM - Secretário da SEJUSP, representado pela Secretária de Justiça daquela Secretaria. I- Atas Nºs 154 e 155 - aprova das a unanimidade. II- Calendário CNPCP - alteradas as datas conforme segue: mes de maio: dia 29; junho: dia 26; julho: dia 24; agosto: dia 28; setembro: dia 25; outubro: dia 30 e novembro: dia 20; observação: todas as sessões serão realizadas nas últimas 2as. feiras de cada mes. III- Processos e expedientes relatados: a) Conselheiro JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES - 1º) Processo-MJ-Nº 4326/89-50 - Assunto: Relatório do Conselho Penitenciário do Estado do Rio Grande do Norte - Ano 1988 - VOTO: "face a pequena atuação da assistência judiciária e ausência de visitas de inspeção, requeremos que se oficie aquele Conselho solicitando informações" - Decisão-CNPCP: a) pela aprovação unânime do voto e b) pelo acolhimento da sugestão do Conselheiro EDMUNDO ALBERTO BRANCO DE OLIVEIRA, no sentido de que o Presidente designe um dos membros do Colegiado para elaborar um esboço padrão de Relatório, contendo os quesitos determinados pela Lei nº 7.210/84. Incumbido de tal missão ficou o Relator Dr. JOÃO BENEDITO AZEVEDO MARQUES; 2º) Processo-MJ-Nº 00245/89 - Assunto: fiscalização energética da execução penal, solicitada pela Vice-Prefeitura de Coxim/MS - VOTO: pelo encaminhamento do expediente à Procuradoria Geral da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, solicitando providências pertinentes - Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime; 3º) Ofício Nº 291/89 - da Secretaria de Justiça do Estado de Mato Grosso, encaminhado ao Relator - Assunto: rebelião na Cadeia Pública de Carumbá/MT - VOTO: pelo encaminhamento do expediente ao Procurador Geral da Justiça/MT, solicitando informações sobre as providências adotadas quanto ao assunto - Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime. 4º) Ofício nº 378/89 - Assunto - Decisão-CNPCP: sobre Direitos Humanos - Assunto: Representação contra a internação de menores de 18 anos em Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté/SP - VOTO: "Tendo sido encaminhada a solução do gravíssimo problema representado pela internação de menores na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, com a remessa e parte dos mesmos a Febem/SP, em razão de pedido de informações deste Conselho e das providências adotadas pela Secretaria de Justiça, opinamos, no sentido de arquivar o expediente, dando-se ciência das medidas adotadas às entidades interessadas, com cópia de parecer deste Conselho sobre a matéria". Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime; b) Conselheiro NILZARDO CARNEIRO LEÃO - 1º) Processo-MJ-Nº 004.317/88-69 - Assunto: Relatório do Conselho Penitenciário do Estado de Goiás - Ano 1988 - VOTO: "pela aprovação e arquivamento do Relatório" - Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime e comunicação ao interessado; 2º) Processo-MJ-Nº 004.323/89 - Assunto: Relatório do Conselho Penitenciário do Estado de Santa Catarina - Ano 1988 - VOTO: "É um Relatório minucioso e merecedor de elogios, pela seriedade demonstrada pelos integrantes do Conselho Penitenciário no cumprimento de suas atribuições. Pelo conhecimento e aprovação". Decisão-CNPCP: pela aprovação unânime e comunicação ao interessado; c)

Conselheiro ROGÉRIO LAURIA TUCCI - 1º) Processo-MJ-Nº 002.570/88 - Procedente de internos da Cadeia Pública de Ipatinga/MG - Assunto: Denúncia - VOTO: "Os fatos noticiados nestes autos são, na realidade, gravíssimos, fazendo por merecer imediatas e energéticas providências. Por isso que opino no sentido de, desde logo, serem expedidos ofícios para: a) Procuradoria-Geral da Justiça do Estado de Minas Gerais, solicitando